



CASO MASTER

Desdobramentos da crise movimentam Judiciário e Congresso nesta semana. Presença de Vercaro é incerta amanhã na CAE do Senado. Na sexta-feira, Segunda Turma do Supremo julgará decisão de Mendonça sobre a prisão do banqueiro

Reprodução



O controlador do Banco Master foi preso pela segunda vez na última quarta-feira. Ele está na Penitenciária Federal em Brasília

Destino nas mãos do STF

» FERNANDA STRICKLAND

A semana em Brasília será marcada por novos capítulos da investigação sobre o Banco Master, após a segunda prisão do ex-banqueiro Daniel Vercaro, determinada na semana passada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça. A medida intensificou a crise política e jurídica em torno do caso, que agora avança simultaneamente no Judiciário e no Congresso Nacional.

Vercaro foi detido e inicialmente encaminhado a um complexo penitenciário em São Paulo. Posteriormente, foi transferido para um presídio federal de segurança máxima em Brasília, a pedido da Polícia Federal. Segundo os investigadores, a mudança de unidade ocorreu devido à avaliação de que o empresário mantém relações influentes que poderiam ser utilizadas para interferir nas apurações em curso.

Na próxima sexta-feira, a Segunda Turma do STF analisará a decisão que determinou a prisão de Vercaro. A medida foi

autorizada por Mendonça após solicitação da PF, mas sem manifestação prévia da Procuradoria-Geral da República (PGR), que informou não ter tido tempo suficiente para avaliar o pedido. **(Leia mais na página 3)**

O julgamento deve definir se o ex-banqueiro continuará preso ou se poderá responder às investigações em liberdade. Será a primeira vez que a Corte julga, de forma colegiada, um episódio ligado ao Caso Master. O advogado criminalista Oberdan Costa, especialista em direito penal econômico, explica que o resultado ainda é imprevisível. “Na sexta-feira, vai ocorrer o julgamento virtual da Segunda Turma do STF que vai definir se o Vercaro permanece preso ou não, ou seja, se os ministros vão confirmar a decisão monocrática do novo relator de prender o Daniel Vercaro por potencialidade de obstrução da investigação”, afirmou.

Segundo ele, o comportamento reservado dos magistrados dificulta antecipar o posicionamento do colegiado. “É difícil dizer o que vai acontecer nesse julgamento

porque os ministros não se posicionaram o suficiente em rede pública para a gente saber em que sentido eles vão votar sobre a liberdade de Vercaro. Isso é até correto, isso é o correto na verdade: o juiz deve se manifestar, via de regra, nos autos e não na mídia”, completou.

Depoimento aguardado

Além do Judiciário, o caso também deve movimentar o Congresso Nacional nos próximos dias. O próprio Daniel Vercaro foi convocado para prestar depoimento presencial amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. No entanto, a presença do empresário ainda é incerta em razão da prisão preventiva.

Já na quarta-feira, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado ouvirá o fundador da Reag Investimentos. A empresa administrava fundos ligados ao esquema investigado e teve as atividades encerradas pelo Banco Central após suspeitas de envolvimento direto nas operações relacionadas ao Banco Master.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Por Luiz Carlos Azedo

Delatar ou não delatar

Na política, tanto quanto no mercado financeiro, é muito comum o sujeito achar que os bons terminarão em último: o ardil, a dissimulação, a esperteza e a falta de escrúpulos parecem ser a regra do jogo. Entretanto, o entendimento de que “os fins justificam os meios” por trás das maldades, muitas vezes, dá errado. Quando esse vale tudo envolve políticos, banqueiros, grandes bancas de advocacia e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), cresce exponencialmente a chance de tudo virar um grande furdúncio jurídico, para evitar um tsunami institucional. É o que acontece com o Caso Master.

Isolado no presídio federal de segurança máxima da Papuda, o banqueiro Daniel Vercaro vive o clássico dilema do prisioneiro: delatar ou não delatar. As revelações contidas no celular apreendido pela Polícia Federal (PF) são estarrecedoras e mostram que dificilmente o banqueiro escapará de uma condenação pesada, amargando alguns bons anos na cadeia. A possibilidade de que faça um acordo de delação premiada está diretamente relacionada aos fatos, porém, há fortes pressões políticas em direção contrária nos mais altos escalões da República.

Seus advogados avaliam o cenário. As provas contra o banqueiro são abundantes, o dilema consiste em saber quais as possibilidades de anular o processo, em razão de tantos vazamentos e de indícios de que a PF investigou os ministros do STF Alexandre de Moraes e Dias Toffoli sem autorização da Corte, ou fazer o acordo de delação premiada, no qual teria que denunciar o envolvimento de outros financistas, políticos e magistrados, ou seja, delatar para cima.

A situação não é inédita. Desde a consolidação da colaboração premiada, sobretudo após a Lei de Organizações Criminosas de 2013, o instrumento passou a desempenhar papel central nas investigações de crimes de colarinho branco. A experiência recente da Justiça brasileira mostra dois desfechos possíveis para esse tipo de estratégia: de um lado, delações que produziram investigações robustas e levaram à condenação de políticos e empresários; de outro, processos anulados posteriormente por falhas procedimentais ou por decisões do Supremo.

Um exemplo emblemático de delação que teve impacto decisivo foi o acordo firmado pelo doleiro Alberto Youssef e pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, no início da Operação Lava-Jato. Presos em 2014, ambos decidiram colaborar com os investigadores e revelaram a existência de um sistema de pagamento de propinas envolvendo grandes empreiteiras e partidos políticos em contratos da Petrobras. Executivos de grandes empresas, operadores financeiros e dirigentes partidários

passaram a ser investigados, processados e, em muitos casos, condenados. As delações permitiram aos investigadores reunir provas documentais e rastrear fluxos financeiros que dificilmente seriam descobertos sem a cooperação dos próprios envolvidos.

Outro caso de grande repercussão foi o acordo de colaboração firmado por executivos da Odebrecht, uma das maiores empreiteiras da América Latina. A chamada “delação do fim do mundo” revelou a existência de departamento secreto dedicado ao pagamento sistemático de propinas a agentes públicos no Brasil e em diversos países. A colaboração dos executivos permitiu que as autoridades identificassem esquemas de financiamento ilegal de campanhas e de corrupção em obras públicas. Como resultado, dezenas de políticos e empresários foram denunciados, e muitos acabaram condenados. Além disso, bilhões de reais foram recuperados por meio de acordos de leniência e multas aplicadas às empresas envolvidas.

Anulação de sentenças

Entretanto, a delação premiada não garante, por si só, a manutenção das condenações ou a validade dos processos. Diversos casos acabaram anulados ou esvaziados posteriormente por decisões judiciais que apontaram irregularidades na condução das investigações. Um dos exemplos foi o caso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Condenado em primeira e segunda instância por corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Lava-Jato, Lula teve suas condenações anuladas em 2021 pelo Supremo. A Corte entendeu que a Justiça Federal de Curitiba não tinha competência para julgá-lo e que houve irregularidades no processo, o que levou à devolução de seus direitos políticos.

Outro episódio relevante ocorreu com o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. Preso e condenado em vários processos por corrupção, Cabral firmou um acordo de colaboração premiada com a Polícia Federal em 2020. Entretanto, em 2021, o STF decidiu anular esse acordo ao entender que ele não havia seguido os requisitos legais exigidos para esse tipo de negociação. A decisão retirou os efeitos jurídicos da delação e evidenciou as contradições que ainda cercam a utilização do instrumento no Brasil.

Esses exemplos revelam a natureza ambivalente da delação premiada. De um lado, ela se tornou um instrumento poderoso para romper pactos de silêncio em esquemas de corrupção complexos, nos quais as provas documentais são escassas e as operações envolvem redes sofisticadas de ocultação de recursos. De outro, a validade dessas colaborações depende rigorosamente do respeito ao devido processo legal.

Partido Novo mira Moraes

» ALÍCIA BERNARDES

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, protocola hoje um pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A iniciativa é apresentada em conjunto com a bancada e lideranças do partido Partido Novo e ocorre após a divulgação de mensagens atribuídas ao empresário Daniel Vercaro, dono do Banco Master, que teriam sido enviadas no contexto de investigações sobre a instituição financeira.

Segundo os autores do pedido, as mensagens levantaram dúvidas sobre uma eventual tentativa de provocar decisões judiciais capazes de influenciar o andamento de investigações relacionadas ao banco. “O ministro Alexandre de Moraes não tem condição de permanecer no cargo depois da revelação de que trocou mensagens com Daniel Vercaro no dia da prisão do banqueiro. É inaceitável. Juízes do Supremo devem estar acima de qualquer suspeita, submetidos à lei e à transparência, como todos os cidadãos. O Brasil precisa acabar com a farra dos intocáveis”, afirmou Zema.

O partido pretende abrir outras frentes institucionais para apurar os fatos. O

presidente do Novo, Eduardo Ribeiro, afirmou que a legenda decidiu mobilizar diferentes instrumentos políticos e jurídicos para cobrar esclarecimentos sobre o episódio. “Não é possível tratar um caso dessa gravidade com silêncio ou omissão. Nosso compromisso é com a transparência, com a fiscalização e com o respeito às instituições. Quando surgem indícios de irregularidades envolvendo autoridades do mais alto nível da República, a resposta precisa ser firme e institucional”, declarou.

O anúncio das medidas será feito durante coletiva convocada pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), em frente à Presidência do Senado. Na ocasião, parlamentares da legenda devem detalhar as iniciativas políticas e legislativas relacionadas ao caso Master. Entre elas, Girão anunciará uma representação no Conselho de Ética contra o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

De acordo com o senador, a representação questiona condutas que, na avaliação dele, comprometeriam o funcionamento institucional da Casa. Entre os pontos citados estão a ausência de análise de pedidos de impeachment contra ministros do Supremo e a demora na leitura e instalação de comissões parlamentares de inquérito relacionadas ao Banco Master.

Na Câmara dos Deputados, o líder da

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



O ministro e a mulher se manifestaram ontem para negar envolvimento em escândalo

bancada do Novo, Marcel van Hattem (RS), também pretende anunciar o encaminhamento de uma notícia-crime à Procuradoria-Geral da República contra Moraes. O objetivo, segundo parlamentares da legenda, é ampliar a pressão institucional para a investigação das suspeitas levantadas a partir das mensagens atribuídas a Vercaro.

Divergências

As controvérsias sobre o conteúdo das mensagens ganharam novo capítulo após manifestação, neste domingo, da advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro do STF. Ela negou ter recebido uma das mensagens atribuídas a Vercaro,

na qual o empresário teria perguntado: “Alguna novidade? Consegui ter notícia ou bloquear?” O arquivo contendo o texto estava armazenado em uma pasta associada ao contato da advogada no material sob custódia da CPI do INSS.

Com a negativa, surgiram divergências em relação à explicação apresentada por Moraes. O ministro havia afirmado que os registros extraídos de aparelhos eletrônicos foram organizados em pastas com base em dados técnicos do sistema utilizado para análise forense. Segundo ele, a presença de arquivos no mesmo diretório não significaria necessariamente que a mensagem foi enviada ou recebida pela pessoa associada ao contato.

O material foi extraído por meio do programa Iped, ferramenta utilizada pela Polícia Federal para análise de dados digitais. Especialistas apontam que a estrutura do sistema permite agrupar arquivos com trechos semelhantes de dados, o que pode levar documentos diferentes a aparecerem na mesma pasta sem que haja relação direta entre eles.

Em nota, o gabinete de Alexandre de Moraes também contestou, ontem, outra informação divulgada sobre o caso. Segundo o comunicado, é “integralmente falsa” a afirmação de que o ministro teria frequentado a casa de Vercaro em Trancoso, na Bahia. O texto afirma que Moraes “jamais realizou qualquer viagem particular com Daniel Vercaro” e que nunca esteve na propriedade citada.